



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Faculdade de Direito  
Programa de Pós-graduação em Direito**

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS DE  
DIREITO PÚBLICO**

**EDITAL 003/PPGD/2020  
DINTER - PCI da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade  
Federal de Roraima**

<b>TÍTULO DO PROJETO</b>	
1	Os desafios da Gestão Territorial em região de fronteira: O caso de Roraima
2	A Realidade de uma Unidade Socioeducativa e as propostas teóricas: Práticas pedagógicas como instrumento de ressocialização de jovens em conflito com lei no município de Boa Vista-RR
3	GARANTIAS DE CIDADANIA DOS ALUNOS MIGRANTES VENEZUELANOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA-RR SOB A ÉGIDE DA LEI 9.474 DE 1997 E DA LEI 13.445 DE 2017.
4	A CENTRALIZAÇÃO DE PROCESSOS REPETITIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
5	CENTRO SÓCIOEDUCATIVO E A INFLUÊNCIA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS
6	A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA: UMA ANÁLISE DA EFICÁCIA
7	Compreendendo a conjuntura jurídica de imigrantes venezuelanos: Identificando a atuação do estado brasileiro para garantir direitos humanos destes estrangeiros no país no ano de 2020.
8	Afetação à preservação ambiental das terras devolutas na Amazônia Legal: perspectivas de novos modelos de criação e de governança pública das unidades de conservação.
9	A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL REFORÇADA DO DIREITO AO ENSINO OBRIGATÓRIO E GRATUITO E A PROGRESSIVIDADE DO ENSINO SUPERIOR
10	O DIREITO FUNDAMENTAL DA TUTELA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NOS CONSELHOS TUTELARES



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Faculdade de Direito**  
**Programa de Pós-graduação em Direito**

11	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A TUTELA JURISDICIONAL FACE À OMISSÃO DO PODER PÚBLICO EM BOA VISTA-RR
12	INCONSTITUCIONALIDADE SOBRE A PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA
13	A CRISE MIGRATÓRIA VENEZUELANA E A (IN)EFICÁCIA DA LEI DE MIGRAÇÃO Nº 13.445/17 EM RORAIMA, DECORRENTE DA INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO.
14	POSSE CABOCA: POSSE DE IMÓVEL RURAL REGIONALIZADA DA AMAZÔNIA NATURALMENTE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
15	Gestão Pública em Municípios com baixa arrecadação: a aplicabilidade da teoria de Warat, como um instrumento de autonomia frente aos efeitos da pandemia do Covid-19 e a extinção dos municípios pelo Novo Pacto Federativo
16	A NECROPOLÍTICA PELA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM ABORDAGENS A JOVENS NEGROS PERIFÉRICOS EM BOA VISTA NOS ANOS DE 2010 A 2020
17	Aplicabilidade da Lei Nº 11.340 /2006 “ MARIA DA PENHA” aos casos de <i>Stalking</i> análogos a violência psicológica contra mulheres.
18	O FEMINICÍDIO NA IMPRENSA RORAIMENSE: O CASO LUCIENE MAYER .
19	DIREITOS FUNDAMENTAIS À ENERGIA ELÉTRICA EFICIENTE, À SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL E AO DESENVOLVIMENTO PLURICULTURAL: o caso do Estado de Roraima e o Linhão de Tucuruí

Rua São Francisco Xavier, 524, 7º andar, sala 7141, bloco F,20550-900, Rio de Janeiro/RJ.

Telefone: (21) 2334-0557 E-mail: [ppgd@uerj.br](mailto:ppgd@uerj.br)

[www.ppgdUERJ.com](http://www.ppgdUERJ.com)



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
**Faculdade de Direito**  
**Programa de Pós-graduação em Direito**

20	A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO E SEUS EFEITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS DE SEGURANÇA: UM RECORTE DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA DE 2015 A 2020 NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM RORAIMA.
21	DIREITO PÚBLICO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E ACUMULAÇÃO DE CARGOS NO ÂMBITO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA .
22	O ordenamento jurídico brasileiro e a liberdade de expressão dos agentes públicos em mídias sociais
23	A ENTROPIA E INEFICÁCIA DO DIREITO BRASILEIRO ANTE OS OBJETIVOS DA PERSECUÇÃO E DA EXECUÇÃO DA PENA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
24	PROCESSO HISTÓRICO DE RUPTURA DO MENORISMO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DA CRIANÇA
25	A AMAZÔNIA BRASILEIRA E A GARANTIA DA SEGURANÇA AMBIENTAL À LUZ DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
26	(DES)INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA E FEMINISMO: uma análise garantista das medidas de segurança impostas às mulheres com transtornos mentais no município de João Pessoa –PB
27	O SILENCIAMENTO DA MULHER NO ÂMBITO PÚBLICO NA CONDIÇÃO DE AGENTE POLÍTICA
28	O PAPEL DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA FRENTE À GLOBALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA HERMENÊUTICA DO DIREITO
29	IMPRESCRITIBILIDADE DAS AÇÕES DE RESSACIRIMENTO AO ERÁRIO DECORRENTES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DOLOSA: ABUSO A DIREITOS FUNDAMENTAIS
30	FEDERALISMO COOPERATIVO E JUSTIÇA DISTRIBUTIVA: desafios para a interiorização dos imigrantes venezuelanos
31	Estado prisional, cidadania e mobilizações indígenas de resistência ao poder punitivo
32	Quem é vulnerável? A criminalização da sexualidade etária indígena em Roraima.
33	Logospirataria como fator impulsionador da pejotização no trabalho telemático



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Faculdade de Direito  
Programa de Pós-graduação em Direito**

34	O novo marco legal do saneamento básico no Brasil: a idealização de um projeto de governança da água na Amazônia em prol da dignidade humana.
35	ACOLHIDA HUMANITÁRIA MILITARIZADA: Tensões e (Im) Previsões no Estado de Roraima e as subjetividades das Relações de Poder
36	O Direito à Saúde frente a vulnerabilidade do Povos Indígenas e suas implicações ao acesso universal à saúde no Brasil: caracterização e análise dos fatores de risco na transmissão da COVID-19 na Amazônia Legal.